

Em busca do “governo barato”? A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca como experimento de (re)criação política

Cássio Brancaleone*

Resumo:

Em meados de junho de 2006, surgiu na cidade mexicana de Oaxaca, capital do Estado de mesmo nome, a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), fruto de um vigoroso movimento social de massas que temporariamente levou à paralisia a maioria dos organismos de Estado daquela região. Este trabalho pretende explorar os possíveis significados políticos dessa experiência popular, pautando-se, especialmente, na interpretação dos principais documentos produzidos pelos coletivos que compõem a APPO, bem como levando em consideração sua conexão com a realidade social mexicana contemporânea e com as chamadas lutas anticapitalistas.

Introdução

Em outubro de 2006 a cidade de Oaxaca, capital do Estado de mesmo nome no sul do México, região de turismo internacional conhecida pelas suas riquezas naturais e grande diversidade cultural (cerca de 32% dos seus 3,5 milhões de habitantes são indígenas, pertencentes a 16 grupos lingüísticos), ao mesmo tempo uma das áreas mais pobres do país (a metade da população empregada recebe o inferior a 1 salário mínimo mexicano)¹, foi ocupada por 4.500 efetivos da Polícia Federal Preventiva (PFP), com o objetivo de restabelecer a ordem pública estorvada por uma vigorosa campanha de tomada das ruas e instalações de governo levada a cabo pela Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO).

O fato é que, o que agora parece entrar para a história sob o nome nem um pouco inocente de *Comuna de Oaxaca*, representou uma das experiências mais ricas e fascinantes de ação política e organização popular na contemporaneidade. Não só a capital, Oaxaca, se levantou contra o governo, mas em vários outros municípios um grande movimento sintonizado de *desobediência civil* paralisou por cerca de três meses as principais

* Sociólogo, doutorando em sociologia pelo IUPERJ e pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES). Escrito nas (in)dependências da *Comuna do Outeiro da Glória*, Rio de Janeiro. Agradeço efusivamente a leitura atenta e comentários dos camaradas João Martins e Isabela Nogueira. Artigo publicado originalmente na revista *Lutas Sociais* (PUCSP), v. 19/20, p. 136-149, 2008.

¹ Maiores informações sobre a população indígena do estado de Oaxaca podem ser consultados no sítio eletrônico da *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas* (CDI): <<http://cdi.gob.mx/>> .

instituições políticas e organismos da autoridade estatal: prefeitura, palácio de governo, assembleias parlamentares, delegacias de polícia, meios de comunicação oficiais e escolas foram ocupados pacificamente por trabalhadores, indígenas e estudantes. Ruas, avenidas, estradas e o aeroporto também foram bloqueados e obstruídos.

Após todos esses meses de total ingovernabilidade (alguns juristas chegaram a falar até em termos de “desaparecimento de poderes”), no dia 29 de outubro a PFP foi enviada para retomar o controle da cidade de Oaxaca, e assim obteve “sucesso”, após 14 horas de operações e confronto com os rebeldes, no processo de desbaratar as barricadas e ocupar o centro da cidade (*zócalo*), espaço onde estão sediados os poderes constituídos do Estado e lugar simbólico de movimentação para a APPO. O operativo das forças públicas contou com a mobilização, além dos 4.500 homens da PFP (muitos deles “emprestados” entre os efetivos do Exército e da Marinha), de 300 policiais estaduais e 120 homens da Agência Federal de Investigações, 6 helicópteros e 14 tanques atiradores de jatos de água². E se este razoável aparato e contingente de homens não fossem suficientes para desmobilizar a “minoridade de radicais” da cidade de Oaxaca, o governo federal também havia deixado de prontidão e à disposição do governador Ulises Ruiz nada menos que cinco mil militares, das três forças, especializados em operações de contra-insurgência, nas proximidades de Oaxaca.

Breve Cronologia

Em 1º de maio de 2006 os professores do magistério estadual de Oaxaca organizaram outra de suas anuais campanhas salariais, entregando ao governador Ulises Ruiz (Partido Revolucionário Institucional - PRI) um documento com suas principais demandas. Não havendo nenhum retorno do governo, nem disposição para o diálogo, os professores da XXII seção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação (SNTE) decidiram entrar em greve, no dia 22 de maio, ocupando o centro da cidade de Oaxaca. No dia 1º de junho, o movimento ocupou as principais vias de acesso ao aeroporto da cidade, e no dia

² De acordo com números divulgados no periódico mexicano *La Jornada* de 29/10/2006. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/2006/10/29/>> .

seguinte, realizou uma marcha com a presença de 80 mil pessoas. O governador reagiu enviando um ultimato aos professores para que regressassem às aulas no dia 5 de junho. Diante da negativa do magistério, em 14 de junho o governador enviou forças policiais do Estado para remover os professores do centro da cidade. Em meio à ação violenta, os professores capitanearam a solidariedade e a adesão da população local e de outras 300 organizações sociais do estado: assim surgiria a *Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca* (APPO), entre 17 e 20 de junho.

O movimento ganhava densidade e várias marchas foram realizadas na região metropolitana. Como reação, a APPO estimulou também o voto de castigo ao PRI, dando vitória aos senadores do PRD (Partido da Revolução Democrática, considerado como a “centro-esquerda” no país) e 9 de 11 deputados desse partido, nas eleições de 2 de julho. Em 1º de agosto, um coletivo de mulheres ocupou as principais instalações de rádio e TV do Estado. Até então, todas as informações da APPO eram transmitidas pela rádio *Plantón*, do SNTE. O mês de agosto foi marcado também por passeatas e freqüentes fechamento de ruas. Eis que começaram a atuar grupos paramilitares para refrear o movimento, dada a incapacidade das forças policiais estaduais em contê-lo. Muitas denúncias foram realizadas às entidades de direitos humanos, apontando a ligação destes grupos armados ilegais às forças policiais e aos caciques locais do PRI. Como reação, foram levantadas pelos membros da APPO as primeiras barricadas de autodefesa. O governo federal entrava por sua vez como interlocutor no processo, passando a considerar a grave situação de ingovernabilidade em Oaxaca, e organizou através do Ministério do Interior uma comissão de diálogo com os rebeldes. Em setembro, o governador Ruiz continuava com a promessa de demitir os professores caso não regressassem ao trabalho. Foi exatamente nesse contexto, frente a crescente onda de ataques paramilitares e a truculência de Ruiz, que o movimento radicalizou suas exigências, e a APPO passava a pedir a renúncia do governador como condição mínima para qualquer diálogo.

Em 28 de setembro a APPO decretou “alerta máximo” diante da contínua atuação de grupos provocadores armados, pedindo aos cidadãos oaxaquenhos que não reagissem com violência. Setores da iniciativa privada haviam também convocado sem sucesso uma paralisação em razão da situação caótica do estado, acusando a APPO por atos de vandalismo e desordem social. Os pequenos e médios empresários, sem se vincularem a

APPO, aderiram por sua vez ao pedido pela renúncia do governador, vendo nela a única condição concreta para a manutenção de um mínimo de ordem.

Em 9 de outubro outra marcha de integrantes da APPO, contando com aderentes de várias partes do estado, chegava à capital federal, fazendo plantão em frente ao Senado da República. Integrantes dessa marcha iniciaram greve de fome em 16 de outubro, exigindo o reconhecimento do “desaparecimento dos poderes” em Oaxaca e a revogação do mandato de Ruiz. Como forma de minar e dividir o movimento, o governo federal tentava realizar conversas paralelas com algumas de suas lideranças, produzindo o episódio constrangedor em que, através de aparições simultâneas na TV no dia 19 de outubro, o governador Ulises Ruiz, Flavio Sosa (dirigente da APPO) e Enrique Rueda Pacheco (dirigente do SNTE) asseguraram o retorno às aulas para o dia 30 do mesmo mês, causando inconformidade nas bases do movimento pela não realização de qualquer consulta.

Mas foi em 27 de outubro que ocorreu um dos confrontos mais graves com paramilitares, vindo a falecer Bradley Roland Will³, cinegrafista estadunidense da rede de mídia independente *Indymedia* e o professor Emilio Fabián, ambos atingidos por armas de fogo. No dia 29 a Polícia Federal Preventiva iniciou sua operação para a tomada da cidade. Removeu as principais barricadas, enfrentando uma população civil desarmada, e assim ocupou o centro de Oaxaca, onde desalojou integrantes da APPO, provocando a morte de mais 4 pessoas. No dia seguinte, os três partidos mexicanos hegemônicos enviaram, em nome do Congresso Nacional, uma exortação ao governador Ulises Ruiz pedindo a sua renúncia como forma de atenuar a crise em Oaxaca. O governador, profundamente irritado, entrou com um processo contra o poder legislativo. Até alguns membros da Suprema Corte avaliavam a renúncia como a melhor saída política.

Em 2 de novembro, a PFP fracassou ao tentar entrar na cidade universitária para encerrar as atividades da *Rádio APPO*. E logo em seguida, com Oaxaca ainda sitiada, a APPO conseguiu mais uma vez demonstrar as proporções do seu capital político: organizava a sua sexta mega-marcha, conseguindo reunir quase um milhão de pessoas em passeata por vários quilômetros da cidade. Foi no auge dessas mobilizações que realizaria seu primeiro congresso, aprovando seu estatuto e uma coordenação estadual⁴.

³ Para assistir ao último vídeo do cinegrafista independente, atingido por arma de fogo enquanto registrava o conflito, ver <<http://video.google.com/videoplay?docid=-366435020107731285>>.

⁴⁴ Os documentos estão disponíveis em <<http://www.asambleapopulardeoxaca.com/>>.

Da greve do magistério à rebelião social generalizada

Muitas são as questões que intrigam em relação ao fenômeno Oaxaca. Talvez as mais pertinentes pudessem ser condensadas na pergunta: como um movimento isolado de reivindicação salarial, uma greve de professores, se transformou em uma rebelião social de grandes proporções, materializando-se em um movimento massivo de desobediência civil capaz de paralisar as principais instituições estatais, e produzir uma nova organização popular (a APPO) que parece emergir como um embrião de um poder paralelo capaz de colocar em xeque elementos fundamentais da ordem política dominante?

Uma análise que procure orbitar para além das conexões contingenciais não pode se prender à fórmula explicativa baseada na simples lógica do encadeamento proximal dos eventos. Sem elementos que contextualizem os *padrões de organização da vida social em Oaxaca, o modo de inserção dos professores e do SNTE na vida política local, e as dinâmicas políticas mais amplas no próprio México*, fica comprometida qualquer tentativa de reconstrução das forças e tendências em operação na formação deste cenário.

Primeiro ponto. É de pleno reconhecimento que o México, bem como outros países latinoamericanos, vem passando por um progressivo processo de politização da questão indígena (WARMAN & ARGUETA, 1993). E pelo menos desde o levante zapatista em 1994, a questão está na ordem do dia no debate público (ainda que o Estado não tenha convertido as principais demandas em ganhos sociais para o movimento). Enquanto novas entidades indígenas estão obtendo espaços, velhas organizações estão se tornando muito mais visíveis. E o associativismo de corte indígena parece convergir em peso a uma interessante vereda: a tentativa de promover experimentos democráticos radicais com base nas tradições da vida comunal. Não nos esqueçamos que Oaxaca é o estado com o maior contingente de populações indígenas do México, e possui uma grande extensão do seu território organizada segundo as regras dos “usos e costumes” indígenas. Muitos professores são pertencentes às suas variadas etnias. Além do mais, devemos considerar também a atuação na região de pelo menos dois grupos guerrilheiros (o Exército Popular Revolucionário – EPR, e o Exército Revolucionário Popular Insurgente - ERPI), que se não

aparecem como aglutinadores ou condutores do processo, certamente deixaram nele as suas influências.

Segundo ponto. O sindicato de professores foi o principal fio condutor da rebelião em curso, e de certa maneira veio a constituir a espinha dorsal da APPO. Devemos ter em mente que o SNTE é a única organização coletiva com atuação em todas as cidades do Estado de Oaxaca, logo, o único ator com capilaridade suficiente para servir como ponto convergência da insatisfação popular existente. Acima de tudo, a maioria dos professores lida diretamente e diariamente com populações camponesas e indígenas no interior, em condições extremamente miseráveis. Muitos professores, traduzindo em outros termos aquelas realidades e experiências de vida daquelas populações, acabaram por se tornar seus interlocutores privilegiados, quando não seus principais porta-vozes e intelectuais (PASQUEL, 2001). Não é por decorrência gratuita o fato de que os professores constituem parte significativa dos quadros dos partidos políticos de Oaxaca (tanto do PRI quando do PRD).

Terceiro ponto. A relação do Estado com os movimentos sociais não incorporados à ordem estabelecida, no México, tem sido pautada historicamente pela hostilidade, a repressão policial e a taxaço criminalizante (CASANOVA, 1965). A própria revolução mexicana, em que Francisco Madero saiu vitorioso como representante de uma burguesia liberal progressista, traiu a causa popular, ignorando as principais demandas de milhares de camponeses e indígenas que lutaram em suas fileiras contra Porfírio Díaz (CAMÍN & MEYER, 2000). Tão logo feito presidente, o líder revolucionário abriu mão da sua liberalidade esclarecida e transformou seus aliados mais populares em principais inimigos da nação: nessa condição foram assassinados Emiliano Zapata e Pancho Villa. Por outro lado, talvez em virtude das constantes instabilidades produzidas pela delicada divisão de poder entre as suas elites, o México parece possuir um tipo de cultura popular curiosamente “incendiária” quando em circunstâncias particulares de ilegitimidade política ou litígios de grandes proporções. As agitações promovidas ao longo da sua história, pelas frações das oligarquias quando interessadas em desalojar alguma liderança ou autoridade de sua posição, provavelmente exerceu importante papel forjando entre certas camadas da população inclinações para um temperamento compatível e conversível aos estados de ânimo típico das insurreições.

Outros fatores certamente devem se somar à elucidação do que ocorre nesse momento em Oaxaca. Mas o importante é perceber que parece existir em curso hoje no México um processo consciente de *assembleização do mundo popular*, se é que o podemos assim denominar, em grande medida redescoberto ou reinventado a partir do contato com certos elementos das tradições indígenas, que se o zapatismo não inaugurou, pelo menos teve o mérito de colocá-lo em evidência e se voluntariar como seu principal arauto na cruzada contra a ordem vigente. A “*otra campaña*”, o grande empreendimento político nacional da qual o zapatismo é a força propositora e a mais proeminente, percorrendo todo o país para denunciar as fragilidades da democracia representativa liberal e as relações de dominação a ela inerente, e contribuindo com isso para o fortalecimento da idéia de assembléia popular local, que é senão parte desse processo democratizante mais amplo, de capilarização da perspectiva “autonomista” que privilegia as práticas políticas que têm como cenário a vida comunal (ROJAS, 2006)? A experimentação de formas radicais de democracia direta, de autogoverno assegurado/resguardado pela existência/manutenção de relações sociais comunitárias, eis o que provavelmente compõe o cerne do que alguns chamam por *Poder Popular*. Oaxaca certamente é uma amostra, assim como Chiapas, do que de algum modo está se desenvolvendo em boa parte do México camponês e indígena. O SNTE teve êxito, acelerado pelas condições conjunturais sem dúvida, em canalizar essas aspirações na constituição da APPO e da assim chamada Comuna de Oaxaca, e graças às arbitrariedades e truculências do governador, acumular o capital político legítimo necessário para até mesmo exigir a sua cabeça como pontapé inicial de algumas transformações que podem estar por vir.

A APPO como embrião de uma nova configuração da esfera política

Resta saber: caindo Ruiz, qual o destino da APPO? Retornarão simplesmente os professores para a sala de aula? Os trabalhadores de Oaxaca seguirão o curso rotineiro de suas atividades? Certamente. Mas ousaria arriscar igualmente que, a não ser que o governo realize um homicídio em massa dos rebeldes, o espectro da APPO irá pairar sob as cabeças dos cidadãos oaxaquenhos por muito tempo. Aliás, da parte dos membros da APPO, a organização demonstrou seu esforço para avançar, realizando entre os dias 11 e 12 de

novembro de 2006 o seu *Congresso de Constituição*, aprovando seu estatuto, suas linhas programáticas e seu conselho coordenador. Isso significou um passo importante na consolidação da APPO como importante pólo aglutinador dos movimentos populares do Estado.

Não podemos deixar de considerar que no ano de 2006 ocorreram pelo menos três grandes encontros no país onde o tema da organização popular e das mudanças institucionais apareceram como eixo condutor. Sumarizemos. Em 5 de fevereiro de 2006 foi realizado, na cidade de Querétaro, capital do Estado de mesmo nome, local onde foi promulgada a constituição mexicana de 1917, o *Terceiro Diálogo Nacional por um Projeto de Nação Alternativo ao Neoliberalismo*. O mesmo encontro fora promovido nos dois anos anteriores, e todos tiveram como mote a defesa dos elementos progressivos contidos na carta magna (alguns deles, inclusive, vitimados por reformas constitucionais a partir dos anos 80) e sua reformulação naquilo que era entendido como um obstáculo ao pleno atendimento das necessidades mais básicas do povo mexicano. No último *Diálogo* participaram 333 organizações sociais representando todo o território nacional. Muitas entidades oaxaquenhas, como o SNTE, são signatárias da Declaração⁵ final, um documento composto por um conjunto de 27 demandas que defende como “programa mínimo inegociável” um “novo regime e uma nova institucionalidade democrática que seja definida por uma nova assembléia ou congresso constituinte”, capaz de viabilizar desse modo a construção de um *novo modelo de democracia* assentado em mecanismos de *controle e participação popular*, entre eles: a) o reconhecimento das formas e experiências municipais como locais de autonomia e autogoverno; b) a sujeição de todos os governos e representantes à rigorosa prestação de contas e à revogação do mandato; c) a necessidade de consulta popular para a tomada das decisões mais importantes e substantivas através de mecanismos como o referendo, plebiscito e assembléias; d) o reconhecimento pleno dos direitos indígenas à autodeterminação; e) e a efetivação dos princípios de justiça social, garantindo a todos os cidadãos direitos humanos universais como alimentação, saúde, seguridade social, educação, moradia e um trabalho socialmente útil. O documento

⁵ De acordo com a *Declaración Política del Tercer Diálogo Nacional Por Un Proyecto de Nación Alternativo al Neoliberalismo*, Querétaro, 5 de fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://www.asambleapopulardeoxaca.com/>>

reconheceu também a importância da *Otra Campaña* como um grande esforço de organização política popular e de construção de unidade “por los de abajo”.

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2006 a cidade de Oaxaca sediou o *Fórum Nacional “Construindo a Democracia e a Governabilidade em Oaxaca”*⁶, convocado pela APPO. O tema principal de sua agenda era “a transformação do Estado”, partindo da crítica severa à monopolização do poder e dos recursos econômicos pelas elites mexicanas. O documento final desse fórum apresentava como sua constatação central o reconhecimento da necessidade de promover *mudanças institucionais nas instâncias de poder pela via pacífica*, articulando as reformas em três dimensões: a) a *reforma do Estado*, produzindo novas formas de governabilidade que modifiquem a relação entre governo e governado; b) a *reforma social da economia*, elaborando políticas públicas que assegurem o desenvolvimento, a sustentabilidade, a equidade e a competitividade na economia nacional para gerar empregos formais e plenos de direitos; c) e a *reforma da política social*, restringindo-se não apenas no incremento dos recursos para o setor, mas também no redirecionamento do foco passando da compensação individualizada para o desenvolvimento e fortalecimento dos tecidos sociais e das organizações comunitárias.

Para a condução da crise política em Oaxaca, o documento expressava ainda um pedido para que o Congresso Nacional reconhecesse o desaparecimento de poderes no Estado e organizasse um governo de transição com a participação da APPO, segundo o já popularizado princípio zapatista de “mandar obedecendo”, tendo no horizonte os preparativos de uma nova constituinte estadual.

O fórum estava estruturado em mesas de trabalho, elaborando um conjunto de pontos para orientar uma nova constituição. No plano político merece destaque o esforço de se produzir um novo arranjo institucional híbrido, que articulasse elementos da *democracia representativa formal* (manutenção de alguns de seus procedimentos, formas e conteúdos), da *democracia participativa* (criação de mecanismos de controle político, como a revogabilidade dos mandatos, os plebiscitos e consultas, orçamentos participativos, conselhos, etc) e da *democracia radical* (reconhecimento e estímulo da organização dos municípios autônomos e das práticas de autogoverno). No domínio econômico, foi

⁶ Ver os Resolutivos del Foro Nacional *Construyendo la Democracia y la Gobernabilidad en Oaxaca*, “Agenda para la Transformación del Estado”, realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2006 na cidade de Oaxaca. Consultar em <<http://www.asambleapopulardeoxaca.com>>.

colocada a necessidade de medidas de caráter altamente socializante, como: a reforma agrária integral, com a expropriação da grande propriedade sem indenização; a constituição de empresas autogestoras de propriedade comunitária; a defesa e a ampliação dos direitos dos trabalhadores e do sindicalismo independente, democrático e internacionalista; a nacionalização das terras e dos meios de produção; o cancelamento da dívida externa e interna; e a saída da Tratado de Livre Comércio com a América do Norte (TLCAN) e outros acordos multilaterais. O que se observa como espírito desse documento é a mistura de uma plataforma socialista e nacionalista radical sem a dissolução completa de elementos institucionais da velha ordem.

Por fim assinalemos outro documento importante, este resultante da *Primeira Assembléia Estadual dos Povos de Oaxaca*⁷, celebrada também pela APPO na cidade de Oaxaca entre os dias 27 e 29 de setembro de 2006, tendo como centralidade a meta de lançar propostas que orientassem a promoção do seu *Congresso Constitutivo*, onde foi debatido seu estatuto, sua declaração de princípios, seu programa de luta e seu plano de ação e tarefas. Esta assembléia lançou as principais bases para sua posterior formalização.

A proposta organizacional da APPO para o congresso estabeleceu a *Assembléia Estadual dos Povos de Oaxaca (AEPO)* como sua instância suprema, com as mais altas funções deliberativas e com a tarefa de se reunir ordinariamente duas vezes ao ano. Estipulava a criação também do *Conselho Popular dos Povos de Oaxaca (CPPO)*, como organismo estadual coletivo permanente responsável por zelar pela coordenação, planejamento e vigilância dos acordos emanados da AEPO, formado por representantes dos municípios, regiões, setores sociais e povos indígenas, e organizados internamente por comissões. Cada município, região, setor social e povoado indígena ficaria igualmente responsável pela criação do seu conselho popular local.

Segundo o documento, os princípios que deveriam nortear a constituição formal da APPO seriam: a *disciplina* (no sentido das instâncias representativas e os delegados acatarem as decisões coletivas, como no “mandar obedecendo”), a *transparência*, a *revogabilidade* das funções eletivas, a *democracia*, o caráter *anti-capitalista* e *antiimperialista*, a busca por *consenso*, a *igualdade*, a *autonomia* dos membros e de suas

⁷ Conforme os Resolutivos de la *Primera Asamblea Estatal de los Pueblos de Oaxaca*, celebrada na cidade de Oaxaca nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2006. Disponível em <<http://www.asambleapopulardeoxaca.com/>>.

organizações, a *crítica e autocrítica*, a *independência* em relação ao Estado e aos partidos, a *solidariedade internacionalista* e o *respeito mútuo*.

Em sua proposta de programa de luta, o documento versa essencialmente sobre a defesa da soberania nacional e a busca de um novo modelo de desenvolvimento, tendo em mente a constituição da chamada *economia social*: um ordenamento das forças produtivas calcado na planificação e coordenação da economia por novos órgãos de poder popular; na propriedade plena da nação de todos os recursos energéticos e naturais; no resgate das empresas privatizadas pelos governos neoliberais; na nacionalização das empresas monopolísticas e de caráter estratégico; na criação de um sistema financeiro público e social que as integrasse; na expropriação dos latifúndios e distribuição de terras aos camponeses; no desenvolvimento da pequena e média empresa capaz de envolver os trabalhadores no seu plano de gestão; no cancelamento das dívidas externa e interna; no incremento da inversão social em serviços públicos; na saída do TLCAN etc.

Politicamente, tais transformações seriam amparadas pelo direito do povo a modificar as estruturas de governo (conforme artigo 39 da Constituição mexicana), promovendo o desenho de novos arranjos institucionais que permitissem maior controle sobre os atos de todos os governantes, bem como a formalização e o incentivo às experiências de autogoverno e autonomia municipal. As reformas políticas e econômicas operariam no sentido do atendimento dos princípios de justiça social, ou seja, garantia dos direitos mais elementares: alimentação, moradia, saúde, educação e trabalho socialmente útil.

Como podemos notar, a resolução da primeira AEPO incorpora a maioria das propostas elencadas nos dois fóruns que lhe são anteriores. Assim, se hoje na pauta de reivindicações da APPO para o restabelecimento do diálogo com o governo federal a revogação do mandato de Ruiz apareça como a exigência número um e a de maior visibilidade, isso não significa que as suas demandas, assim como a direção que estão imprimindo ao movimento que despertaram e estão conduzindo, se limitem à pauta revogatória. A APPO parece ter obtido popularidade e capilaridade porque conseguiu canalizar muitas das aspirações coletivas do povo oaxaquenho, e estas foram traduzidas na necessidade de aprofundamento de reformas políticas e econômicas, aguardadas pelo menos desde 1911. Desta maneira que uma organização não-estatal parece ter obtido êxito no processo de orquestramento do mundo popular em um processo muito particular de

arrancar do Estado o monopólio da condução da política, minando-o ao mesmo tempo sem destruí-lo e sem abdicar de se relacionar com ele.

Uma Comuna latinoamericana?

Se atentarmos melhor para o programa da APPO, veremos que a direção das mudanças aponta para o remodelamento da ordem política e econômica, onde várias das características dos principais movimentos transformadores da América Latina se fazem presentes. Subsumidos os termos, as matizes socialista e “nacional-desenvolvimentista” são auto-evidentes. É perceptível também um certo caráter de moderação do documento produzido pela APPO, em relação aos dois anteriores, assinados por organizações oaxaquenhas que a integram. Por exemplo, no plano da vida econômica não se refere mais à nacionalização dos meios de produção, mas apenas dos recursos energéticos, empresas monopolísticas e setores estratégicos da economia. As pequenas empresas surgem também como dimensão importante de organização da vida produtiva, estimuladas pelos princípios da gestão coletiva. As novidades aparecem melhor no ordenamento da esfera política, onde fica rejeitada a clássica estratégia da tomada do poder de assalto e a condução partidária vanguardista da sociedade liberada. Aproveitando-se de elementos da ordem constitucional que concedem garantias formais aos chamados *direitos humanos*, direitos de aceitação universal, plena, consensual e pacífica, a APPO passa a defesa da operacionalização de recursos existentes na sociedade para a sua concreta efetivação. De modo que, se todas as dimensões da vida social (inclusive a economia) são regulamentadas pela esfera política, e a sua roupagem institucional é o Estado, o que se deve perseguir é a sua transformação, tendo no horizonte a progressiva *superação* do monopólio das tarefas do governo pelas classes dominantes, e da divisão social do trabalho político entre governante e governado.

O caminho escolhido pela APPO para impulsionar progressivamente essa superação foi iniciar mudanças por baixo, ao nível da vida comunal e local (experiência que não era de modo algum alheia a parte significativa da população), buscando articulá-las a existência do Estado representativo liberal.

Se há algo em comum entre a Comuna de Oaxaca e a Comuna de Paris, seu arquétipo inspirador, sem dúvida é a noção de *governo republicano radical*, expresso na fórmula da *democracia direta e conselhistas*. Assim como a Comuna de Paris, Oaxaca antecipou a política à economia. Ou melhor, os membros da APPO compartilham também a compreensão de que a Comuna é a forma política descoberta pelos subalternos “para levar a cabo a emancipação do trabalho” (MARX, 1975: 83).

O experimento da Comuna de Oaxaca nos faz obviamente recordar algumas semelhanças com o levante de trabalhadores franceses de 1871, porém nos parece mais útil evidenciar suas descontinuidades. A APPO não busca substituir o Estado, não representa uma nova forma de poder diante da destruição do velho Estado burguês, nem pretendeu até agora ocupar o aparelho estatal para submetê-lo a novas formas de dominação de classe. A Comuna de Oaxaca existe nesse sentido apenas em gestação, pois por hora ela representa essencialmente uma bem sucedida iniciativa de desobediência civil que vem deslegitimando as principais atividades do organismo estatal, ao tempo em que, através da APPO, exercita formas de autoridade política paralelas à oficial.

A Comuna de Oaxaca não é, pelo menos ainda e como foi a Comuna de Paris, o “governo barato” (destituído do peso da burocracia e do exército permanente) e controlado pelos trabalhadores, para nos referir mais uma vez a análise de Marx. Certamente porque ela não se desenvolveu mediante uma conjuntura onde o povo massivamente armado se apropriava do poder político. Isso por sua vez não a torna menos interessante. A sua originalidade residiria em sua dimensão fundamentalmente pedagógica, anunciando através de novas práticas políticas, articuladas com certas tradições populares, o germe de outras relações de poder. Assim nos lança diante do suposto e polêmico “paradigma zapatista”, popularizado pelo livro de Holloway (2003), de “mudar o mundo sem tomar o poder”.

Os comunardos oaxaquenhos querem também negociar com a ordem estabelecida os marcos jurídicos da transformação que buscam realizar. Querem uma nova constituição que ampare um novo regime de legalidade política. Neste regime o Estado representativo liberal continua existindo. A diferença é que ele passa a ser obrigado a se relacionar com novas instâncias democráticas e deliberativas, complexificando a esfera da política. Estas novas instâncias serão formadas por novos mecanismos de controle sobre os mandatários públicos, além das assembleias dos povos e os municípios autogovernados. A ofensiva

popular parece agora orientada por uma clara estratégia: a da *hegemonia pelas bordas*, privilegiando a apropriação de certos espaços como forma de quebrar o monopólio da atividade de governo. E assim acredita preparar, nestes espaços, através de novas práticas sócio-políticas, ante-sala da emancipação.

À guisa de conclusão, ou sobre o papel das rebeliões nos processos de mudança social

Existe uma fábula poderosa entre a maioria das pessoas consideradas de bom senso, refinamento moral e respeitabilidade intelectual em nosso tempo, que atribui visceralmente às instituições políticas e às ferramentas do direito, enquanto instrumentos procedimentais democraticamente organizados, a *exclusividade* em conduzir as principais demandas cívicas consensuais das sociedades modernas rumo à afirmação progressiva de horizontes sócio-políticos e econômicos mais livres e eqüitativos. É inegável que, como toda boa fábula, ela serve ao propósito de informar aspectos concretos e ideais de uma realidade, organizando ânimos e dirigindo o funcionamento imperfeito de um fluxo de imperfeições que são complexas demais para serem aprisionadas em mecânicos esquemas morais.

Entretanto mais uma vez a filosofia política, com seus passos titânicos de Golias, faz da hidra a serpente de uma cabeça só, empurrando para debaixo do tapete o fato de que os homens livres e racionais, mônadas reflexivas capazes de auto-organização e condução de suas demandas articuladamente no interior de instituições democraticamente orquestradas para esse fim, são abstrações filosóficas cuja melhor projeção possível real foi a engenharia do Atari: a invenção do boneco de *pixels* movido a *joystick* foi um grande passo para tornar o contratualismo político e econômico uma realidade – no mundo virtual. No mundo real, e mais ainda, em nosso mundo real, os homens estão, sobretudo, mergulhados em um magma de relações tal que, pelo menos, a indisponibilidade efetiva de acesso aos produtos do trabalho socialmente realizado (a desigualdade no plano econômico) e a subordinação a toda ordem de hierarquias e posições assimétricas (as relações de poder e dominação) obstruem a manifestação de tais individualidades, reflexivas e racionais o suficiente para conduzir procedimentalmente as suas vidas.

Antes de cair no oposto da moeda, para aqueles que pensam o mundo em duas dimensões, profetizando sua radical reorganização em bases estruturalmente outras, mediante a promoção, espontânea ou de vanguarda, da ação popular insurrecional negadora da totalidade do existente para superar os condicionantes sugeridos, busco somente alinhavar um ponto que parece nevrálgico: a política não é o cinismo pragmatista da arte do possível, nem tão pouco a euforia irresponsável do impossível feito ação utópica.

Como forma mais elementar de condução da vida social, logo, de questões coletivas, ou formuladas nesses termos, a política se situa justamente no embate de *mundos que são* e *mundos que querem ser*, ou para falar como Cornelius Castoriadis (1991), em realidades instituídas se confrontando com realidades instituintes. São nos seus mais dramáticos momentos, os momentos de ruptura ou de tensão aflorada destes mundos e realidades, que a dimensão mais subjetiva da vida adquire um peso tal capaz de selar novos caminhos para o desenvolvimento humano, e fornecer energia para a fundação de novas ordens sociais.

Em suma: não produzimos mudanças substantivas na vida social *apenas* seguindo as disposições contidas nas regras morais e legais, ou estipulando inovações no seu interior. Ainda que sua importância seja atestada pela experiência de qualquer ordem civilizada, mudanças são, sobretudo, realizadas a revelia das regras (ainda que quase nunca de todas elas), porque a maioria das regras é, sobretudo, funcional a reprodução da ordem, que é, por sua vez, e no caso da nossa realidade, injusta, perversa e brutal.

Se as instituições são importantes porque no interior delas estão sedimentadas as experiências de gerações que alimentaram as dinâmicas de aperfeiçoamento da ordem social, o papel das instituições parece ser sempre o de cristalizá-las, e sua dinâmica se torna, pois, a da inércia. Com o reconhecimento dessa tendência devemos assumir que, em determinadas circunstâncias, são as práticas extra-institucionais as únicas capazes de tornar visíveis certas questões que aos olhos das agências da ordem são insignificantes, ou mesmo, inexistentes.

Bibliografia

AGUIRRE ROJAS, Carlos (2006), *Chiapas, planeta Tierra*. México, Contrahistórias.
AOYAMA, Leticia Reina (2004). *Caminos de luz y sombra. Historia indígena de Oaxaca en el siglo XIX*. México, CIESAS/CDI.

- CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. (2000), *À sombra da revolução mexicana*. São Paulo, Edusp.
- CASANOVA, Pablo Gonzalez (1965), *La democracia en México*. México, Ediciones Era.
- CASTORIADIS, Cornelius (1991). *A instituição imaginária da sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLLOWAY, John (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo, Viramundo.
- MARX, Karl. (1975), “A Guerra Civil na França”. Em: MARX & ENGELS. *Textos*. Vol 2. São Paulo, Alfa-Ômega.
- PASQUEL, Lourdes de Leon (coord) (2001), *Costumbres, leyes y movimiento indio en Oaxaca y Chiapas*. México, CIESAS/Miguel Angel Porrúa.
- WARMAN, Arturo & ARGUETA, Arturo (coord) (1993), *Movimientos Indígenas contemporáneos en México*. México, CIIH/Miguel Angel Porrúa.